



Número: **0016164-08.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **24/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EUDARIO FLORENCIO DA SILVA (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) sharon Stéphane Lins Barros (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59684 262	24/03/2020 00:46	Petição Inicial	Petição Inicial
59684 264	24/03/2020 00:46	EUDÁRIO - PROCURAÇÃO, D. POBREZA, ID, B.O, SUBS	Procuração
59684 265	24/03/2020 00:46	EUDÁRIO - DOCUMENTO HOSPITALAR	Documento de Comprovação
59886 969	27/03/2020 13:32	Despacho	Despacho
60578 005	13/04/2020 18:58	Intimação	Intimação

EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____VARA CIVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE.

EUDÁRIO FLORENCIO DA SILVA, brasileiro, casado, motorista, sharonbarros.adv@gmail.com, portador do CPF nº 058.709.084-77, residente e domiciliado na Rua Carolina, nº 132, Salgado, Caruaru-PE, CEP: 55000-000, vem, por intermédio de suas advogadas infra-assinado, ut instrumento procuratório incluso, na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife-PE, CEP: 50750-630, local onde recebe intimações, notificações, citações e informações de praxe que se fizerem necessárias, vem, com acato e o respeito de estilo, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA- DPVAT

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38. [Av Governador Agamenon Magalhães, 3855 – Boa Vista, Recife, PE | CEP: 50070-160](#), **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205 ante os motivos de fato e de direito que a seguir passa a expor e a final pedir e requerer.

GRATUIDADE DA JUSTIÇA

O autor da presente ação esclarece que não tem condições de arcar com os custos do processo, sem que reste comprometido o sustento de sua família e o seu próprio sustento, como faz prova declaração acostada aos autos, pelo que de logo requer a concessão do benefício da gratuidade, nos termos da Lei 1060/50.

PRELIMINARMENTE: DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.

Vem a parte autora informar que **não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação**, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do **SEGURO DPVAT**, não são resolvidas pela via conciliatória, sem que antes, seja **NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, só assim, sendo passível de composição amigável.



Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela **CITAÇÃO DAS SEGURADORAS RÉS PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO**, e, por conseguinte, a **NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL**, visto que **EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.**

I- DOS FATOS

O autor foi vítima de acidente de trânsito, conforme B.O. nº 17E0178002957, ocorrido no dia 03/07/2017, quando pilotava sua moto e um carro no sentido contrário vinha com luz alta, ofuscando sua visão, perdendo a visibilidade quando tentou desviar para não colidir, entretanto na via, tinha um monte metralha e sua moto derrapou, perdendo o controle. Foi socorrido por populares onde foi atendido no Hospital M. Josefa Eusébio de Rocha em Feira Nova, e foi transferido para o Hospital da Restauração em Recife.

Ressalta-se que foi requerido administrativamente a liberação da integralidade do valor da indenização do Seguro DPVAT por invalidez Permanente, sendo pago apenas o valor de R\$ 3.375,00 pelo acidente sofrido.

O autor não pode admitir a recusa da Seguradora em pagar o seguro DPVAT no valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte cinco reais), por entender contrariar o texto legal referente a debilidade suportada pelo autor.

II-DO DIREITO

O autor não pode admitir a recusa da Seguradora em pagar o seguro DPVAT, em sede processo judicial, o valor total, que estão preestabelecidos na Lei nº 6194/74 e legislações posteriores, sendo subtraído o valor por acaso tenha recebido em processo administrativo.

A exigência pela complementação da indenização para o autor, não implica em renúncia ao direito dele de reivindicar em juízo eventuais diferenças entre a quantia paga e a efetivamente devida a título de complementação de indenização.

Caso este julgador entenda que seja **necessária** a graduação do percentual referente a sequela da parte autora e em prol dos princípios da efetividade e celeridade processuais, requer a **produção de prova técnica pericial** a ser realizada nas dependências desta Vara na mesma oportunidade da audiência, cuja despesa, com o perito, deve ser



suportada pela parte Ré, conforme consentido pela própria Seguradora ao responder ao Ofício n. 005/2015 – CGRSCAC da IN nº005/2015, para determinar o grau da debilidade do autor.

Sendo o requerente vítima de acidente de trânsito automotor, conseqüentemente atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de danos Pessoais causados por Veículos automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não): conforme art.5º que dispõe:

Art. 5º: *O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

Dessa forma, é notório o direito inerente ao requerente, uma vez que o mesmo sofreu de fato o acidente automobilístico, ficando com sequelas irreparáveis, conforme documentos comprobatórios em anexo.

No caso *sub judice*, o fato ocorreu em dia 03/07/2017 data posterior à Lei nº 11.482, de 31/5/2007, que alterou os valores indenizatórios da Lei nº 6.194/74. Portanto, o montante indenizatório é de R\$13.500,00:

(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009 à Lei nº 6.194/74).

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Com efeito, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em Lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação, no caso o segurado.



Resta claro que faz jus a parte autora ao valor referente à indenização do seguro obrigatório, conforme a Lei n. °6.194/74 e entendimento jurisprudencial pacífico, devendo a ré ser condenada ao pagamento/ complementação da indenização pelo seguro DPVAT, destacando-se que toda indenização deverá ser devidamente atualizada até o efetivo pagamento e acrescida de juros e correção.

III- DOS PEDIDOS

Ante os argumentos aduzidos, bem como legislação aplicada e robusta documentação acostada, pede e requer a Vossa Excelência a:

- a) A concessão dos benefícios da assistência gratuita com base no art. 4º da Lei 1060/50;
- b) **Seja deferida a preliminar, visto não ter interesse na audiência de conciliação,** com base do art. 319, inciso VII; visto que a parte demandada não apresenta proposta para acordo, sem antes a perícia judicial;
- c) A citação da ré inicialmente pelo correio e, sendo esta infrutífera, por oficial de justiça, ou, ainda, por meio eletrônico, tudo nos termos do art. 246, incs. I, II e V, do NCPC, para apresentar resposta a presente, sob pena dos efeitos da revelia, conforme art. 335 do NCPC;
- d) Requer a produção de prova técnica pericial, a ser realizada nas dependências desta Vara, cuja despesa, com o perito, deve ser suportada pela parte Ré, e nomeação de Perito, a fim de comprovação da extensão do dano, conforme convênio realizado na IN nº005/2015;
- e) julgando PROCEDENTE, a presente demanda em todos os seus termos com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, relativo ao valor da indenização o que atualmente perfaz a quantia R\$ R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte cinco reais), com juros de 1% a.m e correção desde a data do evento danoso , conforme Súmula 580 do STJ e atualizada a data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74;
- f) A condenação da ré nas custas e despesas processuais;
- g) A condenação em honorários de advogados fixados em 20% (vinte por cento)do valor da causa;
- e
- h) Todas as intimações e comunicações forenses sejam realizadas em nome da advogada substabelecida, SHARON S. LINS BARROS, OAB/PE nº 29010 sob pena, de nulidade.
- i) Protesta provar o alegado, por todos os meios de prova em direito permitido, em especialmente pelos documentos que acompanha a inicial.



Dá à causa o valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte cinco reais).

Pede deferimento.

Recife, 02 de fevereiro de 2020.

Ana Cristina Aleixo Pereira Santos

OAB/PE 28697D

Sharon Stéphane Lins Barros

OAB/PE 29010D



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Eudário Florencio da Silva,
brasileiro(a), estado civil casado, regularmente inscrito no CPF/MF sob o
nº 058.709.084-77 e portador da cédula de identidade
nº 6871023 SSP/PE, residente e domiciliado(a) na
Rua Carolina,
nº 132, bairro de Salgado,
CEP 55.000-00 na cidade de Caruaru / PE.

OUTORGADA: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE 28.697 D, com escritório profissional à Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife-PE. CEP: 50750-630 E-mail: anasantosadv1@gmail.com, onde recebe intimações e/ou notificações judiciais.

PODERES: Para promover defesa dos meus interesses judiciais, concedendo-lhes poderes incluídos nas cláusulas "Ad Juditia" e "At Juditia Et Extra" (Art. 70 parágrafo 3º e 4º da Lei nº 4215, de 27/04/63), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas as fases do processo, podendo propor ação em Justiça Comum, desistir de ações, renunciar, interpor recursos, transigir, receber e dar quitação, retirar Alvará judicial de pagamento em nome do autor, do cartório judicial ou gabinetes em afins, firmar compromissos, usar de todos os recursos legais, por mais especiais que sejam, mesmo extraordinários, promover justificações, inquirir e contestar testemunhas, inclusive receber a citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, representar em audiência, usando em suma, de todos os poderes permitidos em Direito, para que a sua defesa seja a mais ampla e cabal, inclusive substabelecer em Advogado de sua confiança, e quando lhe convier, com, ou sem reservas de poderes.

JUSTIÇA GRATUITA: Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

CLÁUSULA DE ONEROSIDADE E DE RETENÇÃO JUDICIAL: Pelo exercício do mandato, compromete-se o outorgante a pagar ao advogado-outorgado, a título de honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) de todo e qualquer valor econômico-financeiro que constitua acréscimo ao patrimônio jurídico da parte, obtido com o êxito da causa, na esfera administrativa ou judicial. Para tanto, desde já, autoriza a retenção judicial dos honorários ora pactuados. Compromete-se, ainda, a cumprir, além da presente cláusula de onerosidade do mandato, as demais disposições complementares contidas no contrato de honorários advocatícios celebrado em instrumento próprio.

Recife, 26 de março de 2018

Eudário Florencio da Silva
Outorgante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, Evdairio Florêncio da Silva,
brasileiro(a), estado civil casado,
profissão motorista Inscrito no CPF/MF sob o
nº 058.709.084-77, e portador da cédula de
identidade nº _____, residente e
domiciliado(a) Rua Carolina
nº 132, bairro Sabão,
CEP 55000-000 na cidade de
Camamu / PE.

Declaro sob as penas da lei, para os fins de concessão da Justiça Gratuita, que não tenho condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sacrifício do meu sustento de minha família, de acordo com os termos da Lei nº 1.060/1950.

Recife, 26 de março, de 2018.

NOME: X Evdairio Florêncio da Silva



SUBSTABELECIMENTO

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE nº 28697D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630

Substabelece com reserva de poderes, na pessoa da advogada **SHARON STEPHANE LINS BARROS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE 29.010 D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630, os poderes que lhe foram outorgados EUDARIO FLORENCIO DA SILVA através de instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 26 de março de 2018


Ana Cristina Aleixo Pereira Santos

OAB/PE 28697-D

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
EUDARIO FLORENCIO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
6871023 SSP PE

CPF
056.709.084-77

DATA NASCIMENTO
03/09/1986

FILIAÇÃO
EUGENIO FLORENCIO DA SILVA
MARIA JOSE FLORENCIO DA SILVA

PERMISSÃO
A

ACC
A

CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
04241495843

VALIDADE
06/03/2019

1ª HABILITAÇÃO
29/11/2007

OPERAÇÕES
A
Exerce Ativ Remunerada

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CARUARU - PE

DATA EMISSÃO
01/07/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

42815850656
PE058610638

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
962442645

VALIDADE PLASTIFICAR
962442645





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 088ª CIRCUNSCRIÇÃO - CARUARU - DP88ªCIRC
DINTER1/14ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **17E0178002957**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **18/08/2017** às **15:42**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **3/7/2017** às **10:00**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE CARUARU, 1, RUA CAROLINE** - Bairro: **SALGADO**
CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

OUTRO (AUTOR \ AGENTE)
WBERACI MENDES DA SILVA (OUTRO)
EUDARIO FLORENCIO DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Outros motivos) , que estava em posse do(a) Sr(a): EUDARIO FLORENCIO DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

EUDARIO FLORENCIO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino**Mãe: **MARIA JOSE FLORENCIO DA SILVA** Pai: **EUGENIO FLORENCIO DA SILVA** Data de Nascimento: **3/9/1986** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**
Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE CARUARU, 132, RUA CAROLINA - CEP: 0 - Bairro: SALGADO - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL**

OUTRO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido**Mãe: . Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

WBERACI MENDES DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: **Masculino**Mãe: . Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **WBERACI MENDES DA SILVA**, que estava em posse do (a) Sr(a): **EUDARIO FLORENCIO DA SILVA**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/YAMAHA/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**



Placa: PCL0234 (PERNAMBUCO/CARUARU) Chassi: 9C6RG3120H0022563
Descrição: YPR 150

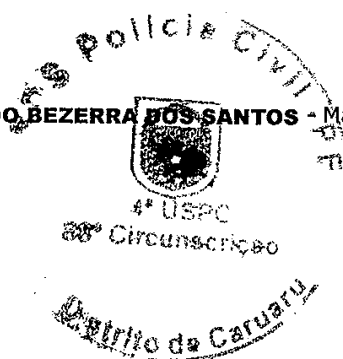
Complemento / Observação

A VITIMA PILOTAVA A REFERIDA MOTOCICLETA QUANDO PERDEU CONTROLE DO VEICULO AO DESVIAR DE BURACO NA VIA E ACABOU CAINDO. QUE A VITIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU A TE O HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE PRONTUARIO 301162. PEDE PROVIDENCIAS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Eudario Florencio da Silva
EUDARIO FLORENCIO DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: JOSE NIVALDO BEZERRA DOS SANTOS - Matrícula: 319618-6



Laudo fisioterapêutico

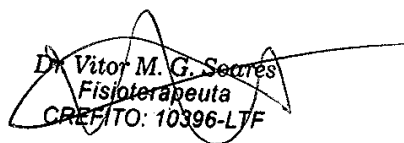
Caruaru, 09/12/2017

- Declaro que Sr. Eudario Florêncio da Silva, admitida para atendimento de fisioterapia no dia 10/09/2017. Com diagnóstico médico de fratura do fêmur D, sendo submetido a fisioterapia motora e acupuntura, apresentado queixa de dor, limitação de ADM e redução de força no MID.

Ao exame físico apresentou: dor, limitação de ADM e redução de força no MID.

Apresentado como diagnóstico funcional: limitação de ADM no quadril e joelho direito, para flexão, extensão abdução e adução do quadril, e flexão e extensão do quadril.

Evoluiu com sequelas instaladas, limitação dos movimentos de flexão, extensão do quadril e joelho. Apresentando comprometimento de aproximadamente 50%, dos movimentos do quadril e joelho apresentando alta fisioterapêutica definitiva.


Dr. Vitor M. G. Soares
Fisioterapeuta
CREFITO: 10396-LTF

Dr. Vitor Marcilio



Laudo fisioterapêutico

Caruaru, 29/11/2017

- Declaro que Sr. Eudário Florêncio da Silva admitido para atendimento de fisioterapia no dia 20/09/2017. Com diagnóstico médico de fratura metatarso e falanges do MIE, sendo submetido a fisioterapia motora e acupuntura, apresentado queixa de dor e limitação de ADM e redução de força da articulação do tornozelo e interfalanges.

Ao exame físico apresentou: Dor, limitação de ADM e redução de força da articulação do tornozelo e interfalanges do MIE.

Apresentado como diagnóstico funcional: Limitação dos movimentos de flexão e extensão das falanges do MIE.

Evoluiu com sequelas instaladas, limitação dos movimentos de flexão e extensão das falanges dos MIE. Apresentando comprometimento de aproximadamente 70%, dos movimentos das falanges. Apresentando alta fisioterapêutica definitiva.



Dr. Vitor Marcilio

Fisioterapeuta

CRRFITO - 10396-LTF





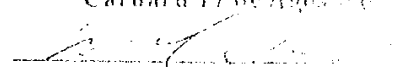
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
HOSPITAL REGIONAL DOA GRETE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o paciente Sr (a) Eudario Florêncio da Silva, 30
Interno Nesta Unidade Hospitalar no período do dia, 03/07/2017 a 07/07/2017 Registro Geral
301162 OBS: Vítima de Acidente de Trânsito.

desde já nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos.

Caruaru 17 de Agosto de 2017



Setor de Arquivo - SAME do HRA

Alexsandro da Silva Araújo
Setor de Arquivo - SAME do HRA
Matrícula: 12450

00794.97510238
FUSAM - Hospital Regional
do Araripe
BR 2017 - Rm 1.00
Indicação de
Carimbo - 05

(Same) do HRA . (81) 3719-9346.



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

RESUMO DE ALTA

Nome: Edson Flores de Souza

Idade: 201/62

Sexo: M Nº: 334537

Endereço: 1

Hora:

DIAGNÓSTICO:

Fratura do 3º DD t

Fratura do 3º METO P.C.T.

Lesão múltipla do pé direito

Lesão do pé esquerdo

EXAME DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

CPI e 10

TRATAMENTO REALIZADO:

Reparo

Fratura do 3º DD t

Fratura do 3º DD t

Hospitalar: Data: 07, 07, 2012

Hora:

18:47

11

Assinado eletronicamente

Jr. Alexandre Rego
Ortopedia e Traumatologia
CRM 226380

Ass. do Médico e CRM
Carimbo





Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Saúde

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

GESTÃO
IMIP
HOSPITALAR

GUIA DE TRANSFERÊNCIA / ENCAMINHAMENTO

Paciente: EUDARIO FLORENCIO DA SILVA

Data Nascimento: 03/09/1986 **Idade:** 30 Anos, 10 Meses e 0 Dia

Sexo: Masculino

Atendimento: 01004255

Prontuário: 00190825

História Atual:

ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA NO PÉ ESQUERDO

Exame Físico:

DEFORMIDADE E SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NO PÉ ESQUERDO

Exames Complementares/Resultados:

RX. DO PÉ ESQUERDO

Hipóteses Diagnósticas:

FRATURA LUXAÇÃO EXPOSTA METACARPO FALANGEANA DO PÉ ESQUERDO

Conduta:

ENCAMINHADO AO HRA

SENHA:

COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO: ☐ SIM ☒ NÃO

Transferido / Encaminhado para:


43 - TRANSF. P/ HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Motivo:

TRATAMENTO CIRURGICO

Data: 03 DE JULHO DE 2017

Hora: 12:06


Ass. e CRM do Médico
Dr(a) **CLAUDIO JOSE GOMES PIRES RAPOSO**
CRM - 2913

Dr. Claudio Raposo
Traumato - Ortopedia
CRM 2913

Av. José Marques Fontes, S/N
Bairro: Indiarópolis, Cidade: Caruaru/PE - CEP: 55008-530

**SUS**Sistema
Único de
Saúde
Ministério
da
Saúde**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR****Identificação do Estabelecimento de Saúde**

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE WALDEMIRO FERREIRA

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

2 - CNES

242741

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

EDUARDO FLORENCIO DA SILVA

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

305162

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8191010112216391515418

8 - DATA DE NASCIMENTO

3/9/86

9 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RACIA

P

11 - NOME DA MÃE

MARCELA ROSE FLORENCIS DA SILVA

DDD

92

12 - TELEFONE DE CONTATO

92812127

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

92

14 - TELEFONE DE CONTATO

92812127

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

R. Condina 132 Solgado

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Caruaru

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

2604106

18 - UF

PE

19 - CEP

5502410**JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO**

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Queixa de dor no abdômen e febre

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

IV.º linfático c/ dia (070203/348)

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

FX + exame físico

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Insuficiência cardíaca

24 - CID 10 PRINCIPAL

I50.9

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

I50.9

26 - CID 10 CAUSAS ASSO

I50.9**PROCEDIMENTO SOLICITADO**

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

IV.º linfático

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

0416305041

29 - CLÍNICA

Caruaru

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

Exame físico

31 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF)

0416305041

33 - Nº DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASS

0416305041

34 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Renata C.O. Lopes

35 - DATA DA SOLICITAÇÃO

11/03/2020

36 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CON

Renata C.O. Lopes**PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)**

- 36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO
37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO
38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

000000000000000000

40 - Nº DO BILHETE

000000000000000000

41 - SE

000000000000000000

42 - CNPJ EMPRESA

000000000000000000

43 - CNAE DA EMPRESA

000000000000000000

44 - CI

000000000000000000

45 - VINCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGU

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

Dra. Zenilda Calina Ataíde de Lins

47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

PE - 40 - 004

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSI

261710395781-0

48 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

000000000000000000

50 - DATA AUTORIZAÇÃO

11/03/2020

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dra. Zenilda Calina Ataíde de Lins

Assinado eletronicamente por: sharon Stéphanie Lins Barros - 24/03/2020 00:45:15

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032400451550900000058686066>

Número do documento: 20032400451550900000058686066

Num. 59684265 - Pág. 6

RELATÓRIO OPERATÓRIO

Paciente: EUDARIO FLORENCIO DA SILVA	Nº Registro: 301162
--------------------------------------	---------------------

Nº do leito:

1º Assistente: ALEX ROCHA

2º Assistente:

Anestesista: LOCAL

Duração:

Início:

Término:

Diagnóstico Pós-operatório: O MESMO

Operação Realizada: A MESMA

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPÇÃO + APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
3. REGULARIZAÇÃO DO COTO COM PLIEZA E DEBRIDAMENTO AGRESSIVO
4. PASSAGEM DO FIOS DE K
5. OBSERVADO DEFEITO CUTÂNEO IMPEDINDO COBERTURA ADEQUADA
6. SUTURA
7. CURATIVO

CRM/PE: 15582
Mat. (SES 319.365-7)

Dr. Gustavo E. Linares
C/ Rectoría DO INGENIERIA
2005





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 15ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0016164-08.2020.8.17.2001**

AUTOR: EUDARIO FLORENCIO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

R.H.

1. Verifico que o processo em questão se trata de AÇÃO INDENIZATÓRIA SECURITÁRIA – DPVAT.
2. Diante do que se apresenta, defiro o pedido de justiça gratuita.
3. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 334 do CPC.
4. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e o art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art. 334 do CPC, podendo as partes a qualquer momento conciliarem e requererem a homologação judicial.
5. O prazo de contestação se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I, do CPC.
6. Cumpra-se com brevidade.

Recife, 27 de março de 2020.



MARCUS VINICIUS BARBOSA DE ALENCAR LUZ

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016164-08.2020.8.17.2001
AUTOR: EUDARIO FLORENCIO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 59886969, conforme segue transcrito abaixo:

" DESPACHO R.H. 1. Verifico que o processo em questão se trata de AÇÃO INDENIZATÓRIA SECURITÁRIA – DPVAT. 2. Diante do que se apresenta, defiro o pedido de justiça gratuita. 3. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 334 do CPC. 4. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e o art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art 334 do CPC, podendo as partes a qualquer momento conciliarem e requererem a homologação judicial. 5. O prazo de contestação se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I, do CPC. 6. Cumpra-se com brevidade. Recife, 27 de março de 2020. MARCUS VINICIUS BARBOSA DE ALENCAR LUZ Juiz de Direito"

RECIFE, 13 de abril de 2020.

ANA CECILIA ALBUQUERQUE LINS
Diretoria Cível do 1º Grau

